

9. RETIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PDM:

Da **DMUOP**, submetendo à consideração do Executivo, proposta relativa à retificação do aviso de abertura do procedimento de alteração por adaptação do PDM de Braga, mantendo-se válidos todos os demais procedimentos até aqui praticados.

A referida proposta faz parte integrante da minuta.

Informação

Retificação do enquadramento jurídico do processo de Revisão do PDM

Na sequência de contacto estabelecido com a Exma. Senhora Directora de Serviços de Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, torna-se necessário proceder-se à rectificação do Aviso de abertura do procedimento de alteração por adaptação do PDM de Braga.

Com efeito, atento o disposto no artigo 122.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, o procedimento de alteração por adaptação – enquanto procedimento simplificado que não pressupõe sequer um período de discussão pública, nem depende de aprovação da Assembleia Municipal - não é adequado, como aqui se torna imperativo, ao acolhimento dos novos conceitos de solo rústico e de solo urbano, nos termos e para os efeitos do artigo 199.º do RJIGT.

Na verdade, a adaptação do Plano Director Municipal de Braga àqueles novos conceitos implicará a adopção de um *novo modelo territorial* e incide sobre a *totalidade do território municipal*, pelo que não se poderá cingir ao instituto jurídico da mera alteração por adaptação prevista no artigo 121.º do RJIGT.

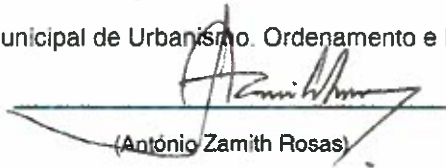
Aliás, o procedimento já iniciado não pode, nem deve, circunscrever-se à mera adaptação aos novos conceitos, devendo envolver opções estratégicas do Município, designadamente através da previsão de áreas de expansão, ainda que não parcialmente edificadas ou urbanizadas, nos termos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de Agosto, mas que demonstrem, de forma inequívoca, a intenção de o Município as dotar de infra-estruturas, mediante inscrição no respectivo programa de execução e as consequentes inscrições nos Planos de Actividades e nos Orçamentos Municipais.

Assim, o procedimento legal adequado para que o PDM de Braga fique conforme com a Nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, observando-se o preceituado no artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, é o procedimento de **Revisão**, nos termos previstos no artigo 124.º deste diploma.

Nestes termos, propõe-se que se proceda à rectificação do Aviso de abertura do procedimento, mantendo-se válidos todos os demais procedimentos até aqui praticados.

Braga, 11 de Abril de 2018

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento



(António Zamith Rosas)